



## *Câmara Municipal de Aracruz*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Comissão Permanente de Constituição, Legislação, Justiça e Redação

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

**Proposição:** Projeto de Decreto Legislativo nº 182/2025.

**Ementa:** Concede o Título de Cidadão Aracruzense ao senhor: Alexandre Barbosa Ribeiro.

**Autoria:** Poder Legislativo – Vereador José Miguel Vieira Rosa.

**Relator:** Vereador José Gomes dos Santos.

#### I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo tramitando nesta casa legislativa, distribuído à relatoria deste Vereador, no âmbito da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, para que, dentro de suas atribuições, possa opinar sobre a constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa do supracitado projeto que concede o “Título de Cidadão Aracruzense” ao senhor Alexandre Barbosa Ribeiro.

#### II – DA COMPETÊNCIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Nos termos do artigo 70, inciso I, alínea “a” do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação a análise dos aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico e de técnica legislativa das proposições.

Ainda, conforme preconizado no artigo 70, inciso I, alínea “e” do mesmo diploma legal, à “Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, cabe, preliminarmente, examinar a admissibilidade de matéria, do ponto de vista da constitucionalidade e da conformidade à Lei Orgânica e ao Regimento Interno”.

Desta forma cabe a esta comissão a análise do presente projeto de Decreto Legislativo em comento.

#### III – DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL E DA LEGALIDADE

Especificamente quanto a constitucionalidade material e formal, não vislumbro qualquer violação a princípios ou regras de ordem constitucional ou legal, nem ainda incompatibilidade com as normas infraconstitucionais que regulam a matéria.

Isso porque, a elaboração de projeto de decreto legislativo é matéria de competência exclusiva da Câmara Municipal, nos termos do artigo 35, § 1º, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, senão vejamos:

*Art. 35. Os decretos legislativos e as resoluções são atos da competência exclusiva da Câmara Municipal.*



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade>

com o identificador 33003900380030003A00540052004109. Documento assinado digitalmente.

Relator: Professor Lobo, 550 - Centro - Aracruz - ES - CEP 29.190-062 - Tel: (27) 3256-9491 - Site: [www.aracruz.es.leg.br](http://www.aracruz.es.leg.br)  
Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação - (27) 3256-9461 - CNPJ: 39.616.891/0001-40 - E-mail: [legislativo@aracruz.es.leg.br](mailto:legislativo@aracruz.es.leg.br)



## *Câmara Municipal de Aracruz*

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Comissão Permanente de Constituição, Legislação, Justiça e Redação**

*§ 1º O decreto-legislativo destina-se a regular matérias que excedam os limites da economia interna da Câmara Municipal, tais como:*

*[...]*

*VI - Concessão de título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem;*

No mesmo sentido reza o regimento interno, em seu artigo 152, inciso IV:

*Art. 152. Os Decretos Legislativos e as Resoluções são atos de competência exclusiva da Câmara Municipal.*

*IV - concessão de título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem;*

### **IV – DO PROCEDIMENTO DE DELIBERAÇÃO**

Por se tratar de projeto de decreto legislativo deve ser observada votação secreta, conforme esculpido no artigo 233, inciso III, do Regimento Interno desta Casa Augusta de Leis.

### **V – DA TÉCNICA LEGISLATIVA**

A Constituição Federal estabeleceu, no parágrafo único do seu artigo 59, a necessidade da edição de lei complementar sobre a elaboração, a alteração, a redação e a consolidação das leis, o que se consumou com a promulgação da LC nº 95/98.

Tal norma atendeu tais preceitos e estabeleceu diretrizes para a organização do ordenamento jurídico. Analisando o projeto de decreto legislativo, observo que a proposição está em conformidade com a referida norma.

### **VI – CONCLUSÃO (VOTO DO RELATOR)**

Ante o todo o anteriormente exposto, nos termos da fundamentação lançada neste parecer, entendo que o Projeto de Decreto Legislativo nº 182/2025, de autoria do Vereador José Miguel Vieira Rosa, está em consonância com o ordenamento jurídico brasileiro, razão pela qual esta Relatoria se manifesta pela CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE.

Aracruz/ES, 04 de novembro de 2025.

\_\_\_\_\_  
José Gomes dos Santos (LULA)

Vereador - PSB



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade>

com o identificador 330039003800300039003A00540052004109. Documento assinado digitalmente

por Professor Lobo, 550 Centro - Aracruz - ES - CEP 29.190-062 - Tel: (27) 3256-9491 - Site: [www.aracruz.es.leg.br](http://www.aracruz.es.leg.br)

Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação - (27) 3256-9461 - CNPJ: 39.616.891/0001-40 - E-mail: [legislativo@aracruz.es.leg.br](mailto:legislativo@aracruz.es.leg.br)

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 330039003800300039003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **JOSÉ GOMES DOS SANTOS** em 04/11/2025 11:39

Checksum: **8C46C8CE160A3A021EAB10AE50A055611D93BBDD0929361A31C6E355A4E07916**

Assinado eletronicamente por **JOSÉ EDILSON SPINASSÉ** em 04/11/2025 11:54

Checksum: **42F7D6B18975EC842366C2329327C93884775CDD0ACE1DE9A1EEA7222B6A1AA1**

Assinado eletronicamente por **GUSTAVO ROSSONI BARCELOS** em 05/11/2025 09:28

Checksum: **D29CC974CEB87601EB2BDB972EB39B7E06949A51C0EFB8B8CC2B43AC83A171B9**



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 330039003800300039003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.